Lula e Dilma acertam os ponteiros para 2014

17/10/2013



Da Carta Maior

Lula e Dilma definiram, na quinta-feira (10/10) a primeira fase de sua estratégia para as eleições de 2014. Ficou acertada uma divisão do trabalho entre ambos e entre o PT e o Governo. Nos próximos três meses, o PT vai avançar na discussão de suas candidaturas próprias e passará a sinalizar suas alianças nos estados em apoio a candidatos de outros partidos, de forma casada. A ideia é não deixar qualquer acordo solto, desconectado da prioridade de conquistar a reeleição de Dilma.

O Governo buscará concentrar e viabilizar sua agenda congressual e formar a nova equipe ministerial para tocar a máquina até o final da campanha. Mais do que acomodar os partidos na coalizão, o que se quer é cimentar a relação com os aliados, mas mantendo a blindagem sobre áreas consideradas essenciais. São elas as abrangidas pelos chamados cinco pactos, tidos como cruciais para mostrar o bom desempenho do governo, ganhar (ou pelo menos empatar) a batalha da comunicação e sustentar bons níveis de popularidade. Foram esses pactos a resposta dada pelo governo às manifestações de rua que tomaram conta do país, durante o mês de junho.

A maior parte da reunião não foi gasta analisando a aliança Eduardo Campos/ Marina Silva. Ao contrário, o assunto principal da reunião foram as alianças e o próprio governo – em particular, a reforma ministerial e a agenda de políticas públicas. Para Lula e Dilma, são as políticas governamentais que garantirão o favoritismo da candidatura presidencial à reeleição. A tarefa essencial assumida por Dilma, neste momento, não é fazer discurso de campanha, muito menos brigar com adversários; é governar, mostrar resultados e "ir para a galera".

De preferência, esquecendo que 2014 é ano de eleição – algo difícil de se fazer e que vai exigir da presidenta exercitar a arte de contar até dez. Ou seja, campanha não é assunto prioritário para a presidenta, e sim para o PT. O recado vale também, espera-se, para os auxiliares da presidenta. O marqueteiro João Santana havia dado entrevista chamando os adversários de anões. Antes dele, Paulo Bernardo, talvez seguindo o princípio de que a função do ministro das Comunicações é… se comunicar, alfinetou que "ninguém vota por conta de vice".

Pela divisão de tarefas estabelecida, quem tem que atacar adversários, se for esse o caso, é o PT, e mais ninguém. Nem a presidenta, nem seus ministros, nem seu marqueteiro. Se a recomendação tiver sido de fato bem entendida, Santana, Paulo Bernardo e outros devem submergir e se concentrar nos seus respectivos galhos.

Lula vem insistindo, mesmo agora, que a orientação correta para o governo e do PT não é hostilizar nem Campos, nem Marina, pelo menos não "pelo alto", e sim pelas bases. Daí a orientação para minar os palanques do PSB nos estados.

A conversa dura a ser feita com o PSB não é pela imprensa, é na discussão das chapas estaduais. No que se refere ao discurso público, o freio de arrumação vem do raciocínio de que interessa mais a Campos e Marina serem hostilizados, justamente para se fazerem de vítimas de Dilma, de seu governo e seu partido.

Campos era parte do Governo Dilma até ontem. Justificou sua saída por motivos pífios, que não disfarçam o óbvio: seu partido deixou a coalizão governista porque tem um candidato à Presidência e, assim, não pode apoiar a reeleição de Dilma.

É simples e compreensível, mas tudo fica mais emocionante se houver uma versão com salto duplo "twist" carpado. Em especial porque a chapa Campos/Marina precisa demarcar diferenças na tentativa de se colocar como a alternativa antipetista mais competitiva, esvaziando a candidatura de Aécio Neves.

O jogo de Campos e Marina é visto como uma faca de dois gumes. Vai fazê-los crescer, sobretudo para cima da candidatura tucana, mas, ao mesmo tempo, vai descolar uma parte do eleitorado da Rede – aquele que se decepcionou com o abandono da candidatura presidencial e, agora, vê uma Marina que não lhe é familiar: agressiva, rancorosa e, cada vez mais, cercada de aliados pouco recomendáveis. Eles virão aos borbotões, quanto mais a "terceira via" se mostrar viável, e darão plena razão ao que disse Marina em seu ato de filiação ao PSB: ela não é a Madre Tereza de Calcutá. Para o governo, a lista de coisas para fazer até 2014 é grande.

Dos cinco pactos, a saúde, com o "Mais Médicos" do ministro Alexandre Padilha, é a mais exitosa, sem sombra de dúvida. O governo conseguiu superar todos os obstáculos e ainda reforçou seu discurso da "opção pelos pobres". Os opositores, a cada passo, dão uma grande ajuda para o governo ampliar sua popularidade, como é o caso da ação das associações médicas de fazer campanha contra a presidenta e filiar seus dirigentes a partidos de oposição, PSDB e DEM, principalmente. Por cortesia, alguém deveria ligar para agradecer. A inflação e os gastos públicos são avaliados como sob controle e com perspectiva de melhora.

As obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo de 2014, porém, estão com sinal amarelo. Menos de 10% estão concluídas, faltando 7 meses para o evento, mas estão andando. Situação mais complicada é a da proposta de plebiscito para a reforma política, que sofre o veto do PMDB. O tema é objeto de embates no Congresso entre os dois principais partidos da coalizão do governo, e a proposta de minirreforma que tramita pode trazer mais desgaste do que alívio sobre o assunto. De cada 10 brasileiros, oito querem reforma política. Entre os outros dois estão os deputados e os senadores, mas são eles que têm a palavra final.

A educação permanece como patinho feio. É área prioritária e tem possibilidades muito promissoras. Já a partir do ano que vem começam a entrar os primeiros recursos dos royalties do pré-sal. O maior sucesso da área é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Ciência Sem Fronteiras, que envia estudantes com bolsas de estudo para o exterior. Mas dois dos maiores problemas estruturais da educação, a falta de valorização da carreira dos professores e a desestruturação do Ensino Médio, de responsabilidade dos estados, continuam intocados. Em três meses, as prioridades do governo para 2014 devem estar minimamente esboçadas para dar a embocadura do programa da reeleição. O mesmo deve ser composto por uma combinação de mudança e continuidade, nesta ordem, diferentemente da "continuidade da mudança", de 2010.

Como disse Lula, em entrevista ao jornal argentino Página/12 (reproduzida em Carta Maior), o que se quer mostrar é que Dilma é a mais preparada para aprofundar as mudanças e impedir retrocessos. O discurso petista vai enfatizar que muitos dos programas criados e dos avanços conquistados podem sofrer revezes, nas mãos de opositores. Ao mesmo tempo, Dilma tem que sinalizar que seu segundo governo será diferente e melhor do que o primeiro, a exemplo do que ocorreu com Lula. Uma coisa ficou clara e cristalina neste ano de 2013: o povo quer mudanças, rápido, e gosta de presidentes que sejam capazes de promovê-las. Por ser governo, Dilma tem o ônus e o bônus de ter que mostrar que pode ser o elemento surpresa em 2014.

Compartilhe nas redes: